

Processo no.

10730.004564/00-77

Recurso nº.

155.766

Matéria

: IRPF - Ex(s): 1998

Recorrente

RICARDO LUIZ COUTINHO DE SOUZA
2ª TURMA/DRJ no RIO DE JANEIRO – RJ I

Recorrida

: 2° TURMA/DRJ NO RIO DE JANEIRO : 23 DE MAIO DE 2007

Sessão de Acórdão nº.

: 106-16.391

IRPF – DEDUÇÃO DE DESPESAS COM O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL – LIVRO CAIXA – Apenas podem ser deduzida da base de cálculo do IRPF as despesas efetuadas pelo contribuinte no exercício de sua atividade profissional caso feita – no tempo correto – a escrituração destas despesas em livro Caixa, devidamente acompanhado dos seus comprovantes (§ 2º, art. 6º da Lei nº 8.134, de 1990).

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por RICARDO LUIZ COUTINHO.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

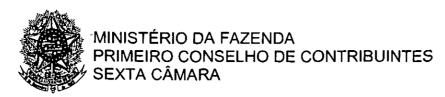
GONÇALO BONET ALLAGE PRESIDENTE em EXERCÍCIO

ANA NEVLE OLIMPIO HOLANDA RELATORA

FORMALIZADO EM:

14 NOV 2007

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LUIZ ANTONIO DE PAULA, ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI, CÉSAR PIANTAVIGNA, IACY NOGUEIRA MARTINS MORAES (Suplente convocada), LUMY MIYANO MIZUKAWA e FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ (Suplente).



10730.004564/00-77

Acórdão nº

106-16.391

Recurso nº

: 155,766

Recorrente

: RICARDO LUIZ COUTINHO DE SOUZA

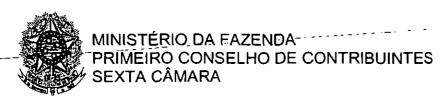
RELATÓRIO

O auto de infração de fls. 11 a 15 exige do sujeito passivo acima identificado o montante de R\$ 20.082,65, a título de imposto sobre a renda de pessoa física (IRPF), acrescido de multa de ofício equivalente a 75% do valor do tributo apurado além de juros de mora, referente ao ano-calendário 1998, exercício 1999, em virtude de terem sido apuradas as seguintes infrações:

I – omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, decorrentes de trabalho com vínculo empregatício, com enquadramento legal noss artigos 1° a 3° e §§ e artigo 6° da Lei nº 7.713, de 22/12/1988; artigos 1° a 3° da Lei nº 8.134, de 27/12/1990; artigos 1°, 3°, 5°, 6°, 11 e 32 da Lei nº 9.250, de 26/12/1995; e artigos 43 e 44 do Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, Regulamento do Imposto de Renda – RIR/1999;

II - dedução indevida a título de despesas escrituradas em livro Caixa, com enquadramento legal no artigo 11, § 3°, do Decreto-Lei n° 5.844, de 1943, artigo 6°, I, II e III, e §§ da Lei n° 8.134, de 27/12/1990, e artigo 8°, II, g, da Lei n° 9.250, de 26/12/1995.

- 2. Foi aplicada a multa por atraso na entrega da declaração de ajuste anual, no valor de R\$ 297,19.
- 3. Cientificado do lançamento, o sujeito passivo apresentou a impug nação de fl. 01, onde se irresigna contra a dedução indevida a título de despesas escrituradas em livro Caixa e a multa por atraso na entrega da declaração de ajuste anual.
- 4. Os membros da 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador (BA) acordaram por dar o lançamento como parcialmente



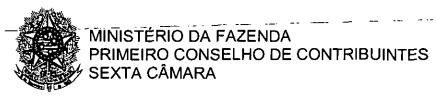
10730.004564/00-77

Acórdão nº

106-16.391

procedente, excluindo o valor da multa por atraso na entrega da declaração de ajuste anual.

- 5. Intimado em 16/0932006, o sujeito passivo, irresignado, interpôs, tempestivamente, recurso voluntário, para cujo seguimento apresentou o arrolamento de bens de fl. 87.
- 6. Na petição recursal o sujeito passivo expõe, em estreita síntese, os seguintes argumentos de defesa:
- I quando intimado pela fiscalização a prestar esclarecimentos, entregoulhe todos os documentos originais e cópias, bem como o livro Caixa, referente ao anocalendário 1997, exercício 1998, por intermédio do seu contador, sendo que, tempos depois, foi intimado a apresentar os originais dos documentos cujas cópias foram remetidas em anexo, para que fossem autenticadas;
- II meses depois, recebera um telefonema de uma pessoa que se identificou como funcionária da Delegacia da Receita Federal de Niterói (RJ) e solicitava o seu comparecimento àquela repartição para receber a documentação que houvera esquecido no balcão;
- III compareceu à repartição, onde recebeu os documentos, que, segundo seu contador, teriam sido entregues ao agente fiscal, e, os entregou a outro funcionário, que assegurou o seu encaminhamento a quem de direito;
- IV qual não foi a surpresa, quando recebeu a intimação do acórdão de primeira instância cobrando o imposto a ser pago pela não apresentação do livro Caixa e seus comprovantes;
- V exerce a medicina para diversas empresas, com atendimento a associados de planos de saúde e particulares, em consultório próprio, tendo diversas despesas relativas à atividade, e, por benefício da lei, lhe é permitida a dedução do livro Caixa;



10730.004564/00-77

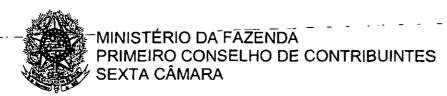
Acórdão nº

106-16.391

VI – requer a este Conselho que determine a busca na sede da Delegacia da Receita Federal em Niterói (RJ), com o fim de ser encontrada a documentação referente ao livro Caixa objeto do referido processo, pelos fatos narrados.

7. Ao final, requer seja apurada a veracidade das suas afirmações e tomadas a providências para localizar a documentação, a fim de que o processo tenha um julgamento justo e perfeito, na melhor forma do direito.

É o Relatório



10730.004564/00-77

Acórdão nº

106-16.391

VOTO

Conselheira ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA, Relatora.

O recurso obedece aos requisitos para sua admissibilidade, dele tomo conhecimento.

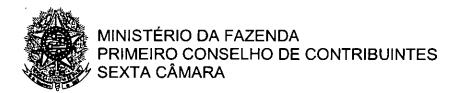
O auto de infração que deu origem ao presente processo administrativo fiscal trata da apuração das seguintes infrações: I) omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, decorrentes de trabalho com vínculo empregatício; II) dedução indevida a título de despesas escrituradas em livro Caixa; e III) multa por atraso na entrega da declaração de ajuste anual.

Entrementes, a controvérsia que chega a esse colegiado cinge-se à dedução indevida a título de despesas escrituradas em livro Caixa, por falta de comprovação dos elementos que deram base à dedução.

O dispositivo legal que permite ao sujeito passivo que perceber rendimentos do trabalho não assalariado deduzir da receita decorrente do exercício da respectiva atividade as despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora é o artigo 6°, III, da Lei nº 8.134, de 27/12/1990, que se transcreve:

- Art. 6° O contribuinte que perceber rendimentos do trabalho não assalariado, inclusive os titulares dos serviços notariais e de registro, a que se refere o art. 236 da Constituição, e os leiloeiros, poderão deduzir, da receita decorrente do exercício da respectiva atividade:
- I a remuneração paga a terceiros, desde que com vínculo empregatício, e os encargos trabalhistas e previdenciários;
- II os emolumentos pagos a terceiros;
- III as despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora.
- § 1° O disposto neste artigo não se aplica;





Processo nº Acórdão nº 10730.004564/00-77

106-16.391

a) a quotas de depreciação de instalações, máquinas e equipamentos;

b) a despesas de locomoção e transporte, salvo no caso de caixeirosviajantes, quando correrem por conta destes;

c) em relação aos rendimentos a que se referem os arts. 9º e 10 da Lei nº 7.713, de 1988.

§ 1° O disposto neste artigo não se aplica:

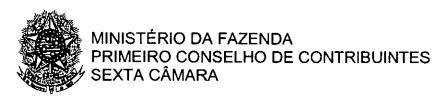
- a) a quotas de depreciação de instalações, máquinas e equipamentos, bem como a despesas de arrendamento;
- b) a despesas de locomoção e transporte, salvo no caso de representante comercial autônomo.
- c) em relação aos rendimentos a que se referem os arts. 9° e 10 da Lei n° 7.713, de 1988.
- § 2° O contribuinte deverá comprovar a veracidade das receitas e das despesas, mediante documentação idônea, escrituradas em livro-Caixa, que serão mantidos em seu poder, à disposição da fiscalização, enquanto não ocorrer a prescrição ou decadência.
- § 3° As deduções de que trata este artigo não poderão exceder à receita mensal da respectiva atividade, permitido o cômputo do excesso de deduções nos meses seguintes, até dezembro, mas o excedente de deduções, porventura existente no final do ano-base, não será transposto para o ano seguinte.(destaques da transcrição)

Entretanto, conforme expresso no § 2º do excerto legal transcrito, as despesas deverão estar escrituradas em livro Caixa, que deverão ser mantidos em poder do contribuinte, acompanhado da documentação de suporte.

Na espécie, o recorrente argumenta que teria apresentado o livro Caixa em questão, com a documentação de suporte, a um funcionário da Delegacia da Receita Federal de Niterói (RJ), que se comprometeu encaminhá-lo a quem de direito, o que não teria sido providenciado.

Por tal, solicita deste colegiado julgador de primeira instância providências no sentido de localizar tais documentos.

O momento em que o recorrente afirma ter acorrido à repartição fiscal foi após a intimação do acórdão de primeira instância, quando a providência a ser tomada para que os documentos viessem aos autos deveria ser a solicitação formal de sua anexação, o que poderia ter sido feito junto com o recurso voluntário;



10730.004564/00-77

Acórdão nº

106-16.391

O recorrente não apresenta qualquer comprovação da alegada entrega, ademais se tem ligação pessoal com o funcionário a quem diz ter entregue os documentos, seria mais adequado, célere e eficaz se ele próprio intentasse junto àquela pessoa o conhecimento do paradeiro de tais documentos.

Por outro lado, a retenção de documentos é permitida por agente fiscal, no exercício de fiscalização, e, desde que lavrado termo escrito de retenção, em que se especifiquem a quantidade, espécie, natureza e condições dos livros e documentos retidos, conforme determina o artigo 35 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996.

Isto para evitar que o sujeito passivo alegue entrega de documentos que não foram retidos, como também, no sentido de que a entrega seja empreendida mediante termo, o que também assegurará o agente fiscal de alegações indevidas.

Dessarte, por não ter carreado aos autos prova capaz de elidir a exação, é de ser mantida a glosa da dedução com base em despesas escrituradas em livro Caixa.

Forte no exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso.



Sala das Sessões - DF, em 23 de maio de 2007.

ANA NEVLE OLIMPIO HOLANDA